

Uma interpretação sistêmica sobre a internacionalização da libra e do dólar a partir da análise dos sistemas-mundo

Cynthia Rodrigues de Oliveira¹
Victor Leonardo de Araujo²
Paulo Van Noije³

Resumo

Este artigo pretende fazer uma leitura sistêmica sobre o processo de internacionalização da libra e do dólar a partir do marco conceitual dos sistemas-mundo. O estudo demonstrou que a escolha da moeda internacional pode ser mais difusa e ambígua do que sugerem as literaturas convencionais sobre a internacionalização da moeda. Observou-se que, ao considerar os movimentos sistêmicos mundiais, no médio prazo a libra se internacionalizou por meio da geoestratégia britânica orientada pelas lutas territoriais e, posteriormente, pela manutenção do equilíbrio de poder. No longo prazo, a sustentação da libra ao *status* internacional derivou da escolha dos mercados e dos Estados nacionais em resultado, principalmente, das externalidades de rede da moeda britânica. Em relação ao processo de internacionalização do dólar, a pesquisa sugere que, no médio prazo, um conjunto de fatores econômicos possibilitou que o dólar se tornasse uma moeda de referência internacional – ainda que os Estados Unidos não estivessem liderando o sistema interestatal –, como a industrialização norte-americana, o declínio do ciclo sistêmico de acumulação britânico e as incertezas em torno da libra. No longo prazo, os Estados Unidos conseguiram, por meio da diplomacia e da guerra, expandir seu poder geopolítico e moldar a arquitetura do sistema monetário internacional, sobretudo a partir da Segunda Guerra Mundial.

Palavras-chave: Internacionalização das moedas; Libra; Dólar; Sistemas-Mundo.

Abstract

This article intends to make a systemic reading of the process of internationalization of the pound and the dollar from the conceptual framework of world-systems. The study demonstrated that the choice of international currency can be more diffuse and ambiguous than the conventional literatures on currency internationalization suggest. It was observed that, when considering the global systemic movements, in the medium term the pound became internationalized through the British geostrategy guided by territorial struggles and, later, by the maintenance of the balance of power. In the long run, the support of the pound to international status derived from the choice of markets and national states as a result, mainly,

¹ Professora substituta da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (IM/UFRRJ). Doutoranda em Economia na Universidade Federal Fluminense (UFF) e coordenadora discente do Núcleo de Estudos em Economia e Sociedade Brasileira (NEB/UFF).

² Prof. Dr. da Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense (UFF) e coordenador do Núcleo de Estudos em Economia e Sociedade Brasileira (NEB/UFF).

³ Prof. Dr. de Economia da Unicamp/FCA e pesquisador do CECON (IE/Unicamp) e do LESP (FCA/Unicamp).

of the network externalities of the British currency. Regarding the process of internationalization of the dollar, the research suggests that, in the medium term, a set of economic factors made it possible for the dollar to become an international reference currency – even though the United States was not leading the interstate system –, such as the North American industrialization, the decline of the British systemic accumulation cycle and the uncertainties surrounding the pound. In the long run, the United States managed, through diplomacy and war, to expand its geopolitical power and shape the architecture of the international monetary system, especially after the Second World War.

Keywords: Internationalization of currencies; Libra; Dollar; World-Systems.

Introdução

Compreender a razão pela qual as moedas se desenvolvem em ritmos desiguais no cenário internacional nos conduz a um passado longínquo, até a formação do sistema-mundo moderno que surgiu na Europa no século XVI. Este sistema opera de acordo com a diretriz da acumulação incessante de capital que, através da qual, subordina os países a esta dinâmica e garante o acúmulo de capital no tempo – o que explicaria a alternância de longas fases de prosperidade e depressão econômica mundial – e no espaço (ARRIGHI, 1997).

A configuração espacial do capital determinou um sistema mundial alicerçado na divisão internacional do trabalho, que produziu uma hierarquia de países ordenada entre centro-semiperiferia-periferia. No topo, aloja-se um seleto grupo de países que concentra grande poder e riqueza – o centro. No extremo oposto do centro encontra-se a periferia que fornece matérias-primas, produtos agrícolas e força de trabalho barata para os investimentos de capital. E entre ambos os polos, existe uma zona intermediária que agrupa países com riqueza e poder medianos – a semiperiferia (WALLERSTEIN, 1979).

A posição ocupada pelos países na estratificação mundial é determinada, tanto pela evolução do sistema capitalista, quanto pelas ações realizadas pelos Estados através dos meios econômicos, políticos, militares e tecnológicos. Entretanto, o posicionamento mundial de um país não está garantido, pois as pressões competitivas tendem a promover, de tempos em tempos, uma reestruturação geográfica do capital (OURIQUES; VIEIRA, 2017). Os Estados estão em constante busca por vantagens competitivas para responder ou provocar mudanças, que acabam por envolver disputas monetárias derivadas dos benefícios da internacionalização da moeda.

Neste trabalho, parte-se da suposição de que os processos mundiais são relevantes para compreender a determinação internacional das moedas. Neste sentido, observou-se através do estudo do processo de internacionalização da libra e do dólar que a escolha da moeda

internacional pode ser mais difusa e ambígua do que sugere a literatura mais convencional⁴ sobre a internacionalização das moedas (COHEN, 1971; TAVLAS, 1997; EICHENGREEN, 2012; FRANKEL, 2014). No médio prazo, a internacionalização da libra ancorou-se na geoestratégia britânica de consolidar seu poder naval e de preservar o equilíbrio de poder entre as grandes potências no século XIX (METRI, 2014). No longo prazo, a sustentação do *status* internacional da libra esteve mais associada à projeção econômica da Inglaterra, principalmente por meio da ideologia do livre mercado, que possibilitou a criação de uma vasta rede de comércio dependente da riqueza e moeda britânica.

Já o florescimento do dólar no sistema monetário internacional teria ocorrido, em um primeiro momento, de causas fundamentalmente econômicas – e não políticas (EICHENGREEN, 2011) –, como a expansão da economia norte-americana no cenário mundial e o declínio do ciclo de acumulação britânico no final do século XIX. No longo prazo, a sua sustentação como referência internacional estaria mais associada as estratégias diplomáticas e geopolíticas utilizadas pelos Estados Unidos no esforço de assumir a liderança da reconstrução do sistema monetário internacional, principalmente depois da Segunda Guerra Mundial.

Posto isso, este artigo busca discutir os instrumentos pelos quais a Inglaterra e Estados Unidos internacionalizaram suas moedas. Para tanto, parte-se de uma interpretação mais ampliada da configuração do sistema mundial com base no marco conceitual da análise dos sistemas-mundos. Além desta introdução e das conclusões finais, o artigo está estruturado em três seções. Na primeira, apresenta-se as diferentes abordagens metodológicas sobre a internacionalização das moedas, buscando enfatizar as lacunas teóricas existentes na explicação da posição internacional da moeda. Na segunda seção, discute-se o *modus operandi* do sistema mundial a partir da análise dos sistemas-mundos. Em seguida, são apresentados, em duas subseções, argumentos e evidências que apontam para uma análise da internacionalização da libra e do dólar a partir dos ritmos cíclicos mundiais.

1. As visões convencionais sobre o *status* internacional da moeda

O desenvolvimento da atividade econômica internacional requer a escolha de uma única – ou de algumas – moeda de referência internacional (KRUGMAN, 1991). Conforme definido por Cohen (1971), as moedas com uso internacional devem desempenhar as funções de meio

⁴ Nos referimos às literaturas convencionais como sendo aquelas usualmente utilizadas para explicar os determinantes da internacionalização das moedas, que incluem abordagens com viés estritamente econômico (COHEN, 1971; TAVLAS, 1997; EICHENGREEN, 2011) e as literaturas da Economia Política Internacional (STRANGER, 1971; HELLEINER, 2008).

de pagamento, unidade de conta e reserva de valor – para agentes públicos e privado⁵. Entretanto, apenas algumas moedas têm a capacidade de desempenhar tais funções em âmbito internacional, gerando uma assimetria monetária piramidal ordenada de acordo com os diferentes graus de conversibilidade da moeda. Esta tendência está estritamente relacionada aos motivos que levam certas moedas ao exercício internacional de suas funções.

Existe uma ampla variedade de estudos na literatura econômica que buscam investigar os fatores que determinam a internacionalização das moedas. No esforço de analisar os diferentes enfoques teóricos sobre os mecanismos pelos quais as moedas alcançam e mantêm uma posição internacional, Helleiner e Kirshner (2009) agruparam os diferentes estudos sobre este tema dentro de três categorias de análise: de mercado, instrumental e geopolítico.

No primeiro grupo estão as literaturas que associam a internacionalização da moeda a fatores atribuídos à moeda, quais sejam: a confiança, liquidez e as externalidades em rede. O primeiro fator resulta da estabilidade dos fundamentos macroeconômicos, como o câmbio e a inflação, a fim de fornecer um valor estável à moeda como unidade de conta e reserva de valor internacional. O país emissor da moeda internacional deve possuir mercados financeiros livres de controle, amplos – no sentido de uma ampla variedade de instrumentos financeiros – e profundos – com mercado secundário desenvolvido e eficiente (TAVLAS, 1997).

Estes pré-requisitos domésticos para internacionalizar uma moeda pressupõem a existência de um Banco Central forte, com *policymakers* comprometidos com a estabilidade dos preços e a conversibilidade da moeda. A confiança em uma moeda pode ser afetada por diversos fatores, como a solvência financeira do país emissor, sua posição em conta corrente e passivo líquido (ibidem).

Outro importante fator seria a posição relativa do país na economia global, expressa pela estatura econômica do país emissor e extensão das cadeias de comércio. Quanto maior a participação do país no comércio mundial, maior será a utilidade da moeda medida em termos de quantidade de agentes econômicos que a utilizam e menores serão os custos de transação (COHEN, 1971). Segundo Krugman (1991), as externalidades de rede resultariam em uma “causação circular”, ou seja, a maior utilização de uma moeda no cenário mundial tende a incentivar a ampliação de seu uso, levando esta moeda a ser manter na posição de liderança por mais tempo. De acordo com esta visão teórica, haveria espaço no cenário internacional para

⁵ É importante considerar o uso privado e público da moeda, porque a demanda dos “atores oficiais” – como o Banco Central – tem características diferentes em relação aos agentes privados. Ver mais detalhadamente em De Conti, Prates e Plihon (2014).

apenas uma moeda dominante a cada período histórico, pois as externalidades de rede tornam um sistema com uma única moeda mais eficiente.

Deve-se ressaltar que, segundo Cohen (2004) e Eichengreen (2011), a moeda internacional pode apresentar alguns dos requisitos apontados pelas literaturas de viés de mercado em detrimento de outros. Além disso, tais requisitos também estão sujeitos a mudanças das preferências dos mercados em cada momento. Eichengreen e Flandreau (2009) demonstraram ainda que, na história monetária coexistiram mais de uma moeda de referência internacional. Conforme será discutido adiante neste trabalho, o dólar deslocou a libra como principal moeda internacional em 1920 – antes, portanto, da Segunda Guerra Mundial, ao contrário do que argumenta a literatura econômica convencional⁶–, mas ambas as moedas compartilharam o papel de moeda global dominante. Esta tendência teria ocorrido principalmente porque as externalidades de rede tendem a perder relevância na explicação da inércia das moedas no cenário internacional, na medida em que, novos centros financeiros tornam-se desenvolvidos.

O segundo grupo reúne as literaturas com viés instrumental, que evidenciam o apoio do papel internacional da moeda pelos Estados participantes do sistema mundial com base em objetivos econômicos. O ponto de partida desta abordagem seria o sistema de Bretton Woods estabelecido no pós-Segunda Guerra Mundial, quando o Japão e os países da Europa adotaram o padrão dólar-ouro e passaram a acumular reservas em moeda norte-americana. Posteriormente, os países periféricos, sobretudo o Leste Asiático, teriam fortalecido esta tendência ao traçarem estratégias de desenvolvimento pautadas em superávit comercial com os Estados Unidos, possibilitando um acúmulo elevado de reservas internacionais em dólar. Assim, a escolha dos Estados de vincular direta ou indiretamente sua moeda ao dólar, teria fortalecido a sua posição de moeda de referência internacional (DOOLEY; FOLKERTS-LANDAU; GARBER, 2003).

Para McKinnon (1993), existiria uma outra razão instrumental pela qual alguns países teriam garantido a posição do dólar em âmbito internacional, como a ancoragem monetária que estes Estados adotaram na condução de suas políticas macroeconômicas domésticas. Esta prática foi amplamente utilizada pelo Japão e alguns países europeus a partir de 1945, em resultado aos efeitos inflacionários causados pela Segunda Guerra Mundial. A estratégia de estabilização de preços por meio da adoção da âncora cambial adotada pelos países periféricos, especialmente pela América Latina, também teria favorecido a posição do dólar como moeda

⁶ Para mais detalhes, ver: TRIFFIN, R. *Gold and the Dollar Crisis*. New Haven: Yale University Press, 1960.

de referência internacional, pois requereu elevados saldos de reservas internacionais em dólar para o financiamento do balanço de pagamento destas economias (BELLUZZO; ALMEIDA, 2002)⁷. Entretanto, as circunstâncias históricas de cada uma dessas experiências fragilizam os argumentos de McKinnon. É difícil caracterizar a escolha do Japão do pós-Segunda Guerra pelo dólar como estritamente instrumental, já que o país estava sob o governo de ocupação do general norte-americano MacArthur. Já no caso das experiências de estabilização na América Latina nos anos 1990, o dólar há muito havia consolidado sua posição como moeda internacionalizada e no topo da assim chamada hierarquia das moedas. Ainda que a ancoragem cambial ao dólar tenha contribuído para fortalecer ainda mais a sua posição, a América Latina escolheu o dólar com âncora justamente pela posição que esta moeda já ocupava. É claro que a disposição do Estado emissor da moeda internacional em fornecer um mercado aberto aos demais países que apoiam a moeda de referência internacional, no que tange as transações comerciais e financeiras, também cumpre um papel importante neste processo, como supõe a abordagem instrumental, mas mesmo neste caso há aspectos que vão além dos estritamente determinados pelo mecanismo de mercado. O processo de substituição da libra pelo dólar nas duas primeiras décadas do século XX na América Latina envolveu um intenso esforço do governo norte-americano na assim chamada “diplomacia do dólar”. Bastos (2015, p. 60) descreve uma relação de “promiscuidade sem precedentes entre Wall Street e o Departamento de Estado [Americano]” durante o governo de William Taft (1909-13). Foram inúmeras as missões financeiras apoiadas por bancos e pelo Departamento de Estado para assessorar a formulação de políticas financeiras e fiscais. Marichal (2016) descreve as missões lideradas por Edwin Kemmner, professor de Princeton, para assessorar a criação de bancos centrais na Colômbia, Guatemala, Chile, Equador, Bolívia e Peru (todas entre 1923 e 1931), sempre nos moldes do recém-criado Federal Reserve de New York. Posteriormente, os países latino-americanos já refinanciavam com banqueiros norte-americanos as dívidas “que estavam em mãos de investidores de Inglaterra, França, Alemanha, Bélgica e Holanda” (p. 86).

No terceiro grupo estão as literaturas que associam a internacionalização da moeda ao apoio dos Estados participantes do sistema mundial em relação à moeda internacional com base em motivações geopolíticas mais amplas. Helleiner (2008) e Cohen (2015), assumem que a internacionalização da moeda, em partes, é um processo guiado pelos mercados, mas revelam

⁷ A ancoragem cambial e a oferta de ativos com elevados ganhos de capital associados às altas taxas de juros internas e aos prêmios de riscos, possibilitou a entrada de vultosos capitais de curto prazo nos países periféricos. Notadamente, esta tendência aliviou apenas temporariamente a restrição externa destas economias, as quais incorreram em uma crise financeira com impactos particularmente sentidos na América Latina, México (1994), Tigres Asiáticos (1997) e na Rússia (1998) (BELLUZZO; ALMEIDA, 2002).

que os Estados operam diretamente para internacionalizar suas moedas por meio dos instrumentos econômicos e políticos.

Nesta linha, Stranger (1971) considera os fatores de mercado em sua análise, mas busca evidenciar as relações de poder entre o país emissor e o receptor da moeda internacional. Com este objetivo, a autora criou uma taxonomia que revela quatro formas diferentes através das quais as moedas são internacionalizadas e utilizadas como um instrumento de poder pelo Estado emissor. A Master Currency deriva das relações políticas diretas ou indiretas do Estado emissor, sendo imposta, em certa medida, através do uso da força – como o franco na zona do franco, a libra na zona da libra e o dólar. A Top Currency seria a moeda escolhida pelas forças do mercado por meio de sua atratividade econômica, cujo país emissor está na posição de líder da economia mundial conforme a libra no século XIX e o dólar no século XX. A Negotiated Currency seria uma moeda enfraquecida pelo declínio do poder econômico e político de seu país emissor e, por esta razão, a sustentação de seu *status* internacional teria de ser mantida por meio de barganha ou acordos diplomáticos firmados com seus usuários, como ocorreu com a libra no pós-Segunda Guerra. Finalmente, a Neutral Currency deriva exclusivamente da confiança dos agentes privados em relação as características econômicas do país emissor, cujo país não necessariamente assume a liderança mundial, a exemplo do franco suíço (ibidem).

Portanto, não existe um consenso sobre a explicação das preferências e escolhas de alguns Estados a determinada moeda. Em geral, existe uma ideia implícita de que a internacionalização da moeda trata-se de escolhas livres entre diversas moedas nacionais, prevalecendo aquela que reunir atributos mais atrativos em relação aos fatores de mercado ou a que obtiver mais adesões dos países. As literaturas que associam a internacionalização aos fatores atrativos econômicos da moeda chamam a atenção para a percepção de que a escolha de uma moeda internacional é realizada pelos agentes econômicos privados, por meio das forças do mercado e não através das ações do Estado do país emissor. A abordagem instrumentalista assume que o *status* de moeda internacional é atribuído através da escolha dos países atuantes na economia internacional, com base em objetivos econômicos, sobre “apoiar” a moeda pretendente à internacionalização. Já as literaturas que associam a internacionalização das moedas à fatores geopolíticos, consideram que os Estados emissores que tornam a moeda internacional, por meio de instrumentos políticos, diplomáticos e militares.

De acordo com Metri (2014 e 2015), as três linhas teóricas (de mercado, instrumental e geopolítica) são insuficientes para explicar a internacionalização de uma moeda. Em geral, estas abordagens não consideram os movimentos expansivos criados pelos Estados a partir de

cálculos estratégicos com a finalidade de internacionalizar a sua moeda. Tais estratégias envolvem conquistas territoriais, construções de sistemas coloniais e outras formas de expansão do espaço de dominação direta. A efetivação de tratados e acordos internacionais e a dominação de zonas estratégicas aos processos de acumulação de poder e riqueza em escala global também são meios, de natureza política, para internacionalizar uma moeda. Para o autor, existe uma “dificuldade comum ao tratamento conferido à dimensão do poder em assuntos monetários”, até mesmo pelas literaturas de “viés geopolítico”, na qual a categoria “poder” surge como uma condição histórica e não teórica relevante (ibidem, 2015, p. 68).

Entretanto, subsiste ainda uma outra limitação sobre esta discussão, que deriva da dissociação da internacionalização das moedas como algo relacionado aos ritmos cíclicos mundiais. Com base na perspectiva sistêmica, a qual será discutida na seção seguinte, o sistema mundial está sempre em movimento e eventualmente passa por transformações mais profundas, que tendem a desafiar as posições mundiais dominantes. Os Estados estão em constante busca por vantagens competitivas para responder ou provocar mudanças, que acabam por envolver disputas monetárias derivadas dos benefícios da internacionalização da moeda, os quais serão tanto maiores quanto menos rivais existirem para a moeda dominante⁸. Notadamente, os resultados das ações do Estado decorrem do funcionamento do sistema mundial em cada momento.

Esta dimensão sistêmica é desconsiderada pelas abordagens aqui descritas a respeito do processo de internacionalização das moedas. Sem incorporá-la, a escolha das moedas como referência internacional, ou a inércia de algumas moedas em relação à sua posição na hierarquia internacional, parecem constituir escolhas feitas estritamente a partir das condições comerciais e financeiras, permeadas por aspectos políticos, diplomáticos e geopolíticos que no máximo assumem papel coadjuvante. Constatadas aquilo que nos parecem insuficiências analíticas dessas três abordagens, propomos investigar o processo de internacionalização das moedas incorporando tais dimensões ao nível analítico em que todas essas dimensões assumem caráter complementar, não necessariamente hierárquico. Introduzimos, na próxima seção, a abordagem do sistema-mundo, à luz da qual compreendemos ser possível realizar esta empreitada.

⁸ Conforme Eichengreen (2011), a senhoriagem é o principal benefício derivado da moeda internacionalizada. O país emissor pode incorrer em maiores déficits no Balanço de Pagamento porque não possui qualquer restrição externa, os quais são facilmente financiados pelos ativos denominados em sua própria moeda. Por outro lado, também haveriam custos associados à moeda internacional, como os elevados passivos externos do país emissor e as limitações impostas ao Banco Central na condução da taxa de juros doméstica e oferta de moeda.

2. A análise dos sistemas-mundo

A análise dos sistemas-mundo emergiu em meados da década de 1970 como um movimento social intelectual que propunha uma reorientação do modo como organizamos nosso entendimento do mundo. Para isso, Wallerstein (1979) elaborou um marco analítico alternativo à teoria da modernização para explicar a conjuntura internacional contemporânea, tratando-se essencialmente como uma perspectiva crítica às estruturas do pensamento das ciências sociais modernas.

Para assimilar as transformações mundiais, a análise dos sistemas-mundo buscou definir uma unidade de análise que superasse as dicotomias entre o nacional e global. Sua relevância teórico-metodológica encontra-se na compreensão das mudanças sociais a partir da evolução das estruturas mundiais. O sistema-mundo moderno surgiu no século XVI na Europa ocidental com o advento do capitalismo, expandiu-se no espaço até abarcar todas as regiões do planeta no final do século XIX e perdura até hoje. A sua configuração espacial determinou um sistema mundial alicerçado na divisão internacional do trabalho, que produziu uma hierarquia de países ordenada entre centro-semiperiferia-periferia. Além do objetivo de acumular riqueza, neste sistema o capital tem como princípio fundamental a sua autoexpansão, de forma que o capital é utilizado no anseio de acumular cada vez mais capital (ibidem).

Em Braudel (1992) residem os elementos centrais da gênese teórica e metodológica para pensarmos historicamente as transformações mundiais. Primeiro, a dialética temporal braudeliiana – a longa, curta e média duração – fornece uma ilustração importante para distinguir as estruturas duradouras das expressões momentâneas da realidade. Conforme salientou o autor “as verdadeiras mudanças, as que duram, jamais se improvisam de um dia para o outro. A história profunda anda em marcha lenta; ela se situa forçosamente sob o signo da paciência” (ibidem, p. 343). Já o tempo de breve duração apenas produz mudanças superficiais, mas pode ainda combinar a mudança e a permanência, o passageiro e o estrutural. A análise dos sistemas-mundo situa-se no plano da longa duração, porque requer um sólido estudo dos fenômenos históricos para não ser conduzido pelo “que se move rapidamente, pelo que sobressai, pelo que acaba de mudar, faz ruído ou se manifesta de modo imediato”, mas que acaba por não promover alterações mais profundas (BRAUDEL, 1972 apud FIORI, 2007, p. 10).

O segundo elemento central na análise das mudanças sociais reside na expressão “economia-mundo” designada por Braudel (1987), que demarca a configuração espacial do sistema mundial e sua estruturação hierárquica. A economia-mundo consiste em uma zona econômica onde operam os privilégios e os monopólios, que “envolve apenas um fragmento do

universo, um pedaço do planeta economicamente autônomo, capaz no essencial, de bastar a si próprio e ao qual suas ligações e trocas conferem certa unidade orgânica” (ibidem, p. 12). Os Estados nacionais formaram-se concomitante com o desenvolvimento da economia-mundo, integrados à uma divisão social do trabalho que produz uma hierarquia econômica axial ordenada entre centro-semiperiferia-periferia.

No topo da hierarquia entre países aloja-se um Estado forte com suas posições monopolistas, seus poderes financeiros, tecnológico e militar – o centro. No extremo oposto dos centros dominantes encontra-se a periferia que fornece matérias-primas, produtos agrícolas e força de trabalho barata para os investimentos de capital. Entre ambos os polos existe uma zona intermediária que agrupa países com riqueza e poder medianos, denominada de semiperiferia. Esta posição intermediária configura-se como uma área periférica para os Estados situados no centro e, ao mesmo tempo, como centro em relação à periferia. A semiperiferia atua como um elo estrutural necessário para sustentar o sistema-mundo moderno, uma vez que atenua as pressões competitivas entre a periferia e o centro. O elemento-chave que distingue os processos produtivos centrais em relação aos periféricos reside no grau em que tais processos são monopolizados e, portanto, lucrativos (WALLERSTEIN, 1979).

Os Estados desenvolveram-se como partes integrantes do sistema interestatal, no âmbito de um conjunto de regras a partir das quais os países devem atuar e de acordo com um conjunto de legitimações sem as quais eles não poderiam sobreviver. Este sistema integra uma complexa rede de estruturas econômicas, políticas e culturais que, de um lado, possuem dinâmica própria e, do outro, são unificadas pela divisão social do trabalho que viabiliza a reprodução material desse sistema. Aqueles Estados que “operaram segundo essas regras [da acumulação incessante de capital] produziram um impacto tão grande sobre o conjunto que acabaram criando condições às quais os outros foram forçados a se adaptar ou cujas consequências passaram a sofrer” (WALLERSTEIN, 2001, p. 18). Assim, os Estados que respondem à lógica deste sistema são beneficiados – como em relação à financiamentos, tecnologias e outras vantagens –, enquanto àqueles países que não operarem em prol da meta da acumulação sofrerão restrições que se manifestam nas práticas comerciais e diplomáticas.

Posto isso, os Estados não são instituições relativamente autônomas que se desenvolvem ao longo do tempo – e em seu próprio ritmo – em função de seus atributos internos. As mudanças ocorridas no interior dos países são mutuamente determinadas, tanto pela evolução do sistema mundial, quanto pelas ações realizadas pelo Estado através dos meios econômicos, políticos, militares e tecnológicos. Notadamente, “Estados, empresas, trabalhadores e outros

agentes tomam medidas, mas não controlam seus resultados e consequências, as quais decorrem do funcionamento do sistema em cada momento” (OURIQUES; VIEIRA, 2017, p. 201).

Notadamente, a apropriação do excedente do trabalho entre os Estados que participam da produção do mercado mundial é determinada pela “lei do valor”, que estabelece que a distribuição da maior parcela do excedente seja destinada aos Estados que operam de acordo com a diretriz fundamental do lucro máximo. Neste sentido, a distribuição do valor não é feita de maneira equitativa com o valor trabalho gerado em cada elo da cadeia produtiva. Alguns Estado situados espacialmente em regiões definidas como centrais, onde há monopólio de determinada etapa produtiva, absorvem não apenas o excedente gerado pelos seus trabalhadores, mas também o mais-valor extraído dos trabalhadores concentrados nas regiões periféricas (ARIENTE; FILOMENO, 2007).

Portanto, o sistema-mundo moderno é por definição uma economia-mundo capitalista e no interior deste sistema opera uma multiplicidade de Estados. É um sistema social histórico “que possui limites espaço-temporais, estruturas, regras de legitimação e elevado grau de coerência” (MARIUTTI, 2012, p. 54). Compreende-se que a dinâmica interna dos países é consequência da evolução do sistema mundial e, sendo assim, este sistema deve representar a unidade em torno da qual a análise das transformações mundiais devem estruturar-se. O elo que interliga a zona central à periférica é constituído pela divisão internacional do trabalho que cria, recria ou mantém as hierarquias e os modelos sociais. As mudanças – por mais lentas que possam ser – ocorrem de forma contínua e sempre na região central da economia-mundo. Este sistema é dinâmico, pois os grupos sociais que operam através dos aparatos estatais estão envolvidos numa luta constante para obter vantagens competitivas (WALLERSTEIN, 1979).

Schumpeter (1961) evidenciou o papel dos monopólios na relação entre dinâmica competitiva e inovação. Dada a existência de métodos superiores de produção disponíveis para o monopolista e não acessíveis para as demais empresas, algumas vantagens em termos de performance inovativa seriam asseguradas apenas pelo monopólio. Esta estratégia possibilita a formação de empresas e Estados dotados de maior capacidade de acumulação de capital e de poder militar, capacitando-os de minar seus rivais economicamente mais fortes. Entretanto, os monopólios tendem a ser de curta duração, pois quanto mais opressiva for a luta entre os Estados por vantagens competitivas, mais rápido o monopólio estimula a sua própria morte, através da introdução de novos produtos. Portanto, processos produtivos tendem a decair na escala produtiva hierárquica do sistema-mundo à medida que novos processos produtivos são inseridos no topo dessa hierarquia.

Assim, as práticas monopolistas e as pressões competitivas provocam ciclos alternados de expansão e contração econômica do sistema mundial, gerando uma reorganização nos processos de acumulação de capital. Para Arrighi (1996), as mudanças nos padrões mundiais de acumulação estão associadas aos ciclos sistêmicos de acumulação, que são caracterizados pela formulação geral da circulação do capital D-M-D' apresentada por Marx⁹.

O processo DM inicia-se com um período de expansão produtiva, até o ponto em que surgimento das pressões competitivas, associadas às restrições de oferta ou demanda, desestimulam novos investimentos produtivos. Uma vez que a acumulação de capital na esfera produtiva e comercial atinge certo limite de lucratividade, o capital liberta-se de sua forma mercantilizada e a acumulação prossegue através da expansão financeira (MD'). O ambiente crescentemente especulativo resultante da expansão financeira pavimenta o caminho para uma fase de caos sistêmico, isto é, de desgaste da estrutura econômica e política. Nesta fase, seguem-se longos períodos de luta interestatal, durante a qual as estruturas organizacionais até então prevaletentes são destruídas e o Estado que acumulou poder suficiente tende a promover uma nova – e de maior escala – expansão material (ibidem).

Posto isso, mudanças nos ciclos sistêmicos de acumulação são acompanhadas por modificações nas estruturas organizações e na hegemonia mundial. Segundo Wallerstein (2005, p. 135), a hegemonia refere-se a “situações em que um Estado combina sua superioridade econômica, política e financeira sobre outros Estados fortes e, portanto, também tem a liderança militar e política”. Ela é alcançada em períodos de caos sistêmicos e assegurada após uma guerra mundial¹⁰. Entretanto, as hegemonias são limitadas pelas tendências seculares do sistema mundial e pela própria competição interestatal. Precisamente em relação a este último elemento que, para Arrighi (1996), a hegemonia mundial está atrelada à noção de interesse geral. Neste sentido, ao liderar o sistema interestatal numa determinada direção, o país deve ser reconhecido pelos demais como buscando um interesse geral.

Na história mundial, houveram quatro ciclos sistêmicos de acumulação: i) o genovês entre o século XV e início do século XVII; ii) o ciclo holandês do fim do século XVII até a

⁹ Conforme Arrighi (1996, p. 5), o “capital-dinheiro (D) significa liquidez, flexibilidade e liberdade de escolha. O capital-mercadoria (M) é o capital investido numa dada combinação de insumo-produto, visando ao lucro, portanto, significa concretude, rigidez e um estreitamento ou fechamento das opções. D' representa a ampliação da liquidez, da flexibilidade e da liberdade de escolha”.

¹⁰ Como a Guerra dos Trinta Anos (1618-1648) contra o Império de Habsburgo, na qual a Holanda conquistou a hegemonia mundial. As Guerras Napoleônicas (1792-1815), quando os interesses britânicos triunfaram sobre a dos franceses, e a Primeira e Segunda Guerra Mundial (1914-1945) que destruiu o fascismo na Alemanha e consolidou a hegemonia norte-americana. Deve-se mencionar que o país hegemônico não necessariamente lutou contra a antiga hegemonia mundial, podendo até mesmo alinhar-se um ao outro a fim de responder aos desafios que emana de outras potências (WALLERSTEIN, 2005).

primeira metade do século XVIII; iii) o britânico entre a segunda metade do século XVIII ao início do século XX; e iv) o ciclo de acumulação norte-americano que se iniciou no início do século XIX e que prossegue até os dias atuais (ibidem). Antes de 1870, não havia uma moeda de referência internacional, apenas a libra e o dólar alcançaram tal proeminência (METRI, 2017). Por esta razão, nas seções seguintes serão discutidos somente os ciclos sistêmicos de acumulação britânico e norte-americano, buscando relacionar as transformações mundiais do período ao padrão monetário internacional.

3. Um mundo substantivamente das grandes potências e longas durações

3.1. Ciclo sistêmico de acumulação britânico

Em 2001, cerca de 125 países – de um total de 188 Estados membros da Organização das Nações Unidas (ONU) – haviam sido colônias europeias (FIORI, 2007). Os movimentos de descolonização na América hispânica manifestaram-se no século XIX, transformando os recém Estados formalmente independentes imediatamente em periferias econômicas (ou semicolônias) da Inglaterra. Na Ásia e África, a descolonização ocorreu apenas na segunda metade do século XX e levou a formação de um número maior de Estados incorporados na região periférica da economia mundial. Notadamente, esta estrutura hierárquica de dominação retrata uma história de longa duração, a própria história do sistema-mundo moderno que surgiu no século XVI e que tem sido, em grande parte, a história de expansão da Europa pelo mundo.

As estruturas de dominação global foram criadas no século XVI, quando na emergência do capitalismo como forma dominante de organização econômica e social, constituiu-se uma economia-mundo articulada à Europa ocidental. As oportunidades oferecidas pela expansão ultramarina europeia modificaram as relações produtivas com o florescimento do comércio internacional, formando no mundo moderno uma divisão internacional do trabalho na qual se evidencia uma estrutura centro-semiperiferia-periferia (WALLERSTEIN, 1979).

A primeira ordem mundial europeia consolidou-se com o Tratado de Tordesilhas em 1494, que estabeleceu a divisão do mundo entre duas grandes áreas sob influência de Portugal e Espanha, submetendo, desta forma, a totalidade do globo aos desígnios da Europa ocidental. Segundo Metri (2017), depois da expansão ultramarina ibérica, a Inglaterra empreendeu uma progressiva transformação de sua geoestratégia, que deixou de se orientar por lutas territoriais fronteiriças no continente europeu e voltou-se para a sua projeção além-mar com a consolidação de seu poder naval. A busca pelo controle dos mares teria sido, o primeiro pilar da estratégia britânica que possibilitou a internacionalização da libra esterlina. Mas para avançar para

diversos tabuleiros do planeta sem resultar em uma guerra generalizada entre as potências, fazia-se imperativo a preservação do equilíbrio de poder europeu. Deste modo, emergiu em 1648 com o Tratado de Vestfália¹¹ um sistema mundial baseado no equilíbrio de poder, com o objetivo principal de criar um ambiente estável para as transações comerciais (ARRIGHI, 1996).

Notadamente, as regras internacionais sempre dependeram da capacidade dos Estados mais fortes de impô-las aos demais países. A competição entre os Estados envolveu a capacidade de constranger as forças militares rivais, de decretar medidas estratégicas e de impedir outros Estados de tomarem as mesmas medidas. Entre 1516-1659, as disputas e preocupações recaíram sobre a extensão do Império Habsburgo no continente europeu. A partir de 1660, os receios giraram em torno da França, que se mantiveram até a derrota das tropas napoleônicas na Rússia em 1815. Já no século XIX, a Rússia tornou-se a principal ameaça. Gerou-se dessa forma um dilema: ao mesmo tempo em que os Estados competem entre si, fazia-se necessário estabelecer certa solidariedade entre eles no manejo do sistema. Assim, atuar na preservação do equilíbrio de poder na Europa, e depois na eurásia, foi a segunda geoestratégia da Inglaterra que levou a internacionalização de sua moeda (METRI, 2017).

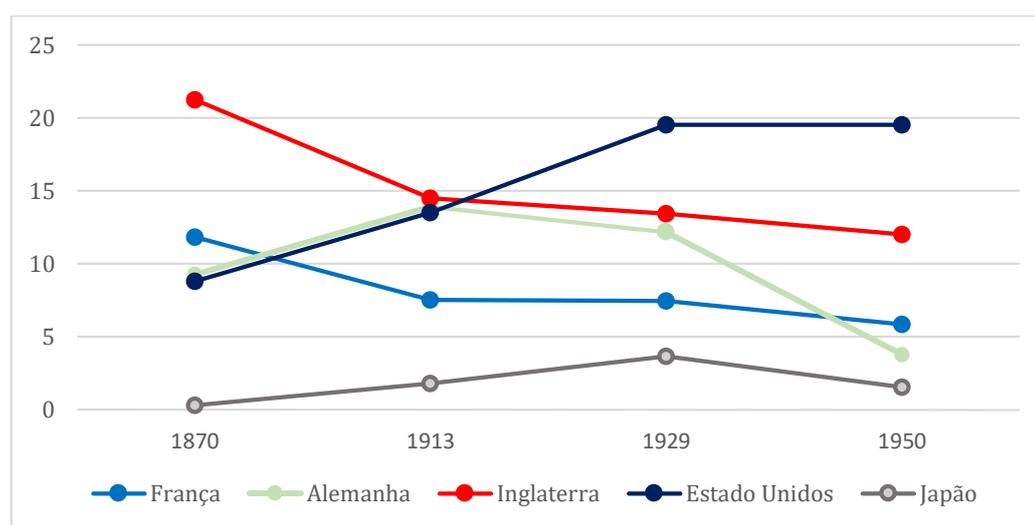
O compromisso pactuado entre as potências evoluiu conforme surgiram os movimentos sociais, as disputas hegemônicas e as transformações tecnológicas. A “passividade” propagou-se como um interesse universal e as grandes potências se esforçavam por mantê-la, através da consolidação de organismo e tratados internacionais – como a Santa Aliança, Concerto das Nações Europeias e o Tratado de Viena – e da difusão da ideologia do livre comércio. O equilíbrio de poder impediu, de um lado, a ocorrência de guerras mais duradouras e generalizadas entre 1815 a 1914 e, do outro, potencializou o poder britânico em uma escala sem precedentes na história mundial. Esta estratégia possibilitou a dominação europeia de cerca de 67% do território global em 1875 e de 85% em 1914. A libra esterlina foi o veículo através do qual se materializou os monopólios comerciais e os tratados desiguais, os quais necessitavam de uma moeda de referencial internacional (ARRIGHI, 1996; POLANYI, 2021 [1944]).

Os britânicos criaram redes mundiais que dependiam da expansão da sua riqueza e poder. Assim, as externalidades de rede criaram as condições às quais todos os Estados foram forçados a adotarem o padrão libra-ouro, ou então seriam isolados em relação ao mundo

¹¹ O Tratado de Vestfália estabeleceu um sistema mundial de governo no qual não existiria uma autoridade ou organização que sobrepusesse o poder dos Estados. Este Tratado colocou fim à Guerra dos Trinta Anos, a primeira guerra civil que ocorreu na Europa e envolveu de forma generalizada os Reinos Europeus (com exceção da Rússia), e por meio da qual as Províncias Unidas (Holanda) ascenderam à potência dominante do sistema interestatal (ARRIGHI, 1996).

externo. Como demonstra o Gráfico 1, a Inglaterra e a França obtiam maior participação no valor das exportações mundiais, de 21,3% e 11,8%, respectivamente. Entretanto, conforme o ciclo sistêmico britânico foi sendo substituído pelo norte-americano, a posição das exportações da Inglaterra declinou relativamente. Mas é importante notar que até a década de 1950, este país se manteve como o segundo maior exportador mundial em termos de valor. Esta tendência está relacionada as amplas cadeias transacionais da Inglaterra com o resto do mundo, tanto com os países centrais, quanto em relação às suas colônias.

Gráfico 1 – Participação no valor das exportações mundiais (em %)



Fonte: Maddison – Historical Statistics. Disponível em: <http://www.ggd.net/maddison/oriindex.htm>. Elaboração própria.

Segundo Belluzo (1999), a conformação de uma periferia funcional, em termos de mercado consumidor e fornecimento de produtos alimentícios e matérias-primas, não foi apenas fundamental para a expansão do comércio britânico, mas também de seu sistema de crédito. A Inglaterra apresentava crescentes déficits comerciais que eram compensados, em grande parte, pelos superávits em serviços não-fatores (como fretes e seguros) e renda líquida recebida de seus ativos, resultando em superávits na conta corrente. Na medida em que surgiam déficits na conta corrente, esta tendência era revertida por meio do grande saldo de mercadoria que os britânicos mantinham com suas colônias, principalmente com a Índia. O Banco da Inglaterra era o “maestro da orquestra internacional”, pois além de ajustar as condições de crédito internacional, influenciava a política monetária dos demais Banco Centrais. Deste modo, o padrão-ouro instituído em 1870 tornou-se a expressão da moeda britânica, o qual ganhava mais credibilidade na medida em que a Inglaterra, França e Alemanha comprometiam-se em relação

à conversibilidade da moeda e tornava os riscos cambiais e inflacionários cada vez menos prováveis (MEDEIROS e SERRANO, 1999; EICHENGREEN, 2012).

Portanto, a extensão das cadeias transnacionais mundiais da Inglaterra possibilitou a ampliação do padrão libra-ouro como meio de troca nas atividades internacionais. Como mencionado por Krugman (1948), esta tendência teria levado a uma “causação circular”, ou seja, a permanência por mais tempo da posição de liderança da libra no cenário internacional. Às vésperas da Primeira Guerra Mundial, a libra esterlina correspondeu a 40% do total dos ativos em reservas mundiais, enquanto o franco francês e o marco alemão responderam pelos outros 40%¹². Neste período, a Inglaterra, França e Alemanha possuíam, conjuntamente, o equivalente à 80% do capital financeiro mundial. A Inglaterra tornou-se a “financiadora do mundo”, mediante os elevados montantes de investimento direto e empréstimos ao exterior que implicaram déficits globais na balança de pagamentos, mas facilmente financiados pelas aplicações de curto prazo do restante do mundo (EICHENGREEN, 2012).

Essa “causação circular”, a qual referenciou Krugman (1948), foi perdendo importância relativa na medida em que surgiram novos centros financeiros dispostos a disputar com Londres, como em Paris, Berlim e New York. Expansões financeiras coincidem com a crise terminal de um ciclo sistêmico de acumulação vigente e com a expansão material de um novo ciclo de acumulação (ARRIGHI, 1996). A Grande Crise do final do século XIX marcou o início da crise sinalizadora da liderança britânica, a partir da qual as economias industriais americana e alemã avançaram rapidamente no cenário internacional. No Gráfico 1 acima, observa-se a substancial expansão da participação dos Estados Unidos nas exportações mundiais, que chegou a 17,5% em 1914, e o aumento mais modesto da participação da Alemanha. A tendência declinante do papel da Inglaterra no cenário internacional aprofundou-se com a Primeira Guerra Mundial e com o conseqüente caos sistêmico que se instalou, culminando mais à frente no colapso das instituições basilares do ciclo sistêmico de acumulação britânico (equilíbrio de poder, padrão-ouro e ideologia do livre mercado). Nesta conjuntura, Arrighi (1997) chamou a atenção para um acontecimento importante, a completa ausência de liderança nas relações monetárias que, decerto, abriu espaço para a internacionalização do dólar.

¹² Segundo Eichengreen (2012), o aumento da participação do franco nas reservas mundiais esteve relacionado, em grande parte, aos elevados empréstimo que a Rússia obteve em Paris e aos saldos de reservas acumulados por este país em franco.

3.2. Ciclo sistêmico de acumulação norte-americano

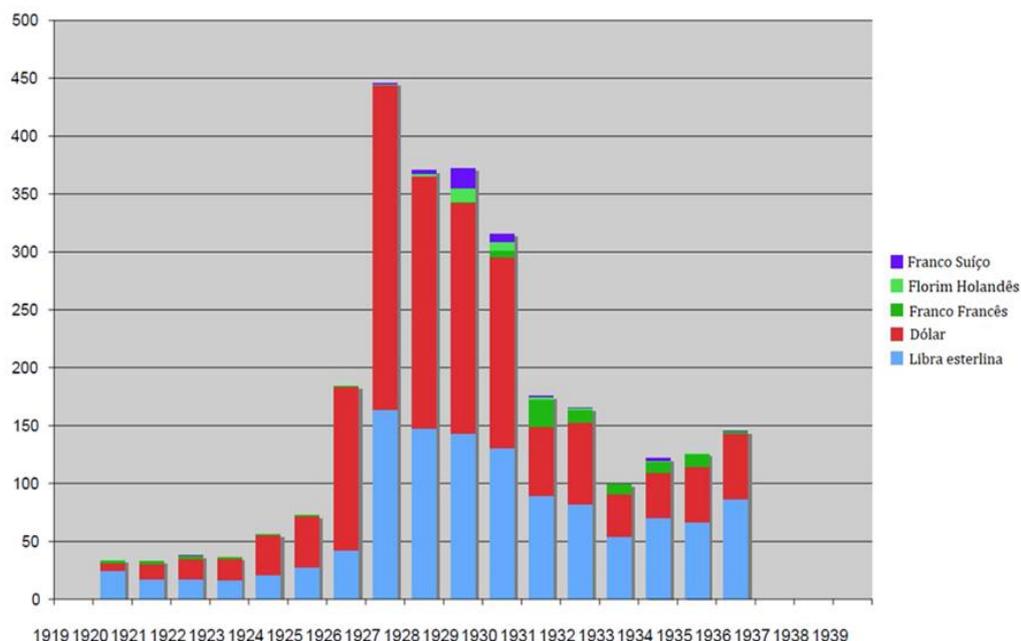
Com a Primeira Guerra Mundial, o equilíbrio de poder fragmentou-se em blocos econômicos que configurou um caos sistêmico tão logo as grandes potências se enfrentaram em um confronto generalizado. De um lado, Inglaterra e França orientaram-se no sentido de preservar a ideologia do livre mercado, do outro, a Alemanha pretendia eliminar a Rússia, principal ponto focal dos movimentos anti-imperialistas, e tornar-se o centro do mundo. Este cenário acelerou o processo de reorganização do sistema mundial a partir do ciclo sistêmico de acumulação norte-americano que se iniciou no século XX e que perdura até hoje¹³.

A guerra mundial rompeu com o fornecimento de crédito à Europa, anteriormente realizado por Londres. Os bancos britânicos e alemães passaram a recorrer a New York para financiar seus gastos militares e necessidades de importação, cujo empréstimo era denominado em dólares. Os Estados Unidos passaram a ser credor também da América Latina e Ásia, regiões nas quais as multinacionais e agências bancárias americanas passaram a operar. Além disso, o cenário externo promoveu uma significativa expansão das exportações dos Estados Unidos, à medida em que o avanço das inovações tecnológicas norte-americanas possibilitava interligar seus mercados às demais regiões do mundo. A política protecionista do país, mas mantendo as portas abertas ao capital e mão-de-obra estrangeira, transformou os Estados Unidos no maior beneficiário do imperialismo britânico de livre comércio. Assim, na luta pela hegemonia mundial os Estados Unidos apresentavam as condições mais favoráveis em relação à Alemanha, que tinha como vantagem um poderoso complexo militar industrial (ARRIGHI, 1996).

Em um primeiro momento, o uso internacional do dólar resultou de um “milagre do mercado” (EICHEGREEN, 2011), que surgiu em decorrência dos choques da Primeira Guerra Mundial sobre as economias domésticas. A Inglaterra, e os demais países atuantes no conflito internacional, incorreu em déficits orçamentários e elevada inflação, provocando uma abrupta oscilação do valor da libra. Notadamente, este cenário gerou uma crise de confiança dos agentes econômicos privados e dos Bancos Centrais em relação ao valor futuro da moeda britânica e, com efeito, provocou uma fuga de capital em direção ao dólar. A partir de 1920, conforme o Gráfico 2, os Bancos Centrais passaram a acumular reservas internacionais em dólar, embora os saldos em libra tenham sido predominantes até 1924.

¹³ De acordo com Arrighi (2008), o ciclo sistêmico de acumulação norte-americano teria apontado para uma crise sinalizadora desde 1970.

Gráfico 2 – Decomposição das reservas globais (em %)



Fonte: Eichengreen e Flandreau (2009, p.13).

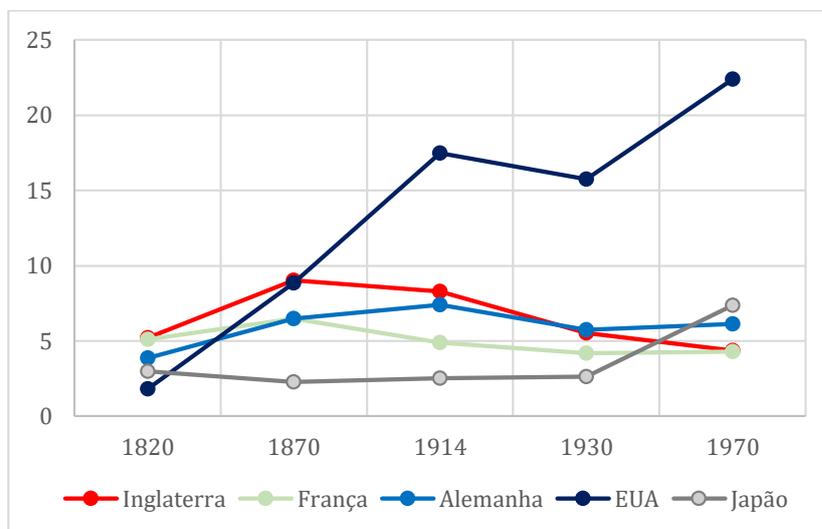
Nota: os autores ressaltaram a fragmentação das informações sobre as reservas globais para este período. Metodologicamente, este gráfico refere-se à decomposição das reservas de um grupo de 4 países (Itália, Noruega, Espanha e Suíça). Mesmo ampliando a amostra para um grupo maior de países (incluindo os quatro anteriores), o resultado permanece igual em relação ao domínio da libra e dólar.

De acordo com Eichengreen (2011), o dólar passou a assumir um papel mais relevante no cenário internacional somente após o desenvolvimento do mercado de aceites comerciais em New York. Até 1920, os bancos norte-americanos não teriam sido capazes de construir um mercado de aceites comerciais em dólar, haja vista a falta de aceitabilidade dos investidores em relação a esta moeda. A partir de então, e tendo em vista a participação dos Estados Unidos nas exportações mundiais (Gráfico 1) e no produto mundial (Gráfico 3), os fatores de mercado levaram a maior utilização do dólar no âmbito internacional.

A trajetória da economia norte-americana possibilitou que durante toda a década de 1920 vultosos empréstimos em dólar, à baixas taxas de juros, fluíssem para a reconstrução da Europa devastada pela guerra, reforçando o papel internacional da moeda norte-americana. Até 1914, as reservas mundiais eram acumuladas predominantemente em libra (40% do total), mas já em 1925 o dólar havia superado a libra, algo em torno de 39% do total. Entretanto, ao menos no que tange as reservas globais, a participação da libra e do dólar passaram a declinar gradativamente a partir de 1931. Em ambos os casos, parece que os fatores de mercado, associados aos fundamentos macroeconômicos, teriam sido determinantes para esta tendência.

Em 1929, ocorreu a crise financeira nos Estados Unidos que levou o produto norte-americano a uma variação negativa de 16% em 1930 (Maddison – Historical Statistics).

Gráfico 3 – Participação no produto mundial (em %)



Fonte: Maddison – Historical Statistics. Disponível em: <http://www.ggdc.net/maddison/oriindex.htm>. Elaboração própria.

O primeiro choque ocorreu nas esferas nacionais e, a partir das crises internas associadas às moedas, tenderam a dar origem à graves problemas externos. As moedas da Rússia, Alemanha, Áustria e Hungria sofreram uma abrupta depreciação e em menos de um ano sumiram do cenário internacional. A esta altura, estava em processo o colapso do padrão-ouro, que vinha dando sinais de desgaste desde o fim da Primeira Guerra Mundial. A elevada inflação do pós-guerra, alinhada ao nível mais alto da produção mundial à medida que os países se recuperavam, exigia uma necessidade maior de liquidez internacional, a qual os estoques globais de ouro não atendiam. A produção de ouro havia caído consideravelmente e seu preço estava ameaçado a uma depreciação à paridade do pré-guerra, o que implicaria menor circulação e oferta de crédito em ouro. O colapso do padrão-ouro ocorreu no final da década de 1920, cujo marco foi o seu abandono pela Inglaterra. Para Polanyi (2021 [1944]), o acontecimento que talvez tenha gerado maior impacto sobre a organização mundial foi justamente o colapso do regime monetário internacional, pois teria sido destruído o último pilar prevalecente do ciclo sistêmico de acumulação britânico. Os outros dois pilares, o equilíbrio de poder e a ideologia dos mercados autorregulados, vieram abaixo com a eclosão da Primeira Guerra.

É verdade que o padrão-ouro fortalecia a posição da libra no cenário mundial, mas o colapso do regime monetário internacional não impediu que a moeda britânica mantivesse seu *status* internacional. Isso foi possível, pois, a manutenção das reservas em libra por parte de países como a França, Irlanda, Austrália e Nova Zelândia, possibilitou a sustentação da libra ao longo da década. Além disso, as externalidades de rede também podem explicar o declínio lento e prolongado da moeda britânica, à medida que as cadeias transnacionais realizadas entre a Inglaterra e suas colônias contribuíram para preservar por mais tempo a utilização internacional da libra (EICHENGREEN, 2011).

Eichengreen e Flandreau (2009) revelaram que, em 1929 a libra e o dólar representaram, conjuntamente, 97% das reservas totais e, até a Segunda Guerra Mundial, ambas as moedas eram as principais referências internacionais (Gráfico 2). Este quadro reforça os argumentos do texto. Primeiro, mesmo com o fim do ciclo sistêmico de acumulação britânico, a libra conseguiu manter seu *status* internacional por mais tempo, provavelmente em decorrência das redes transacionais da Inglaterra com o restante do mundo e da escolha dos Estados (pelo motivo instrumental) de utilizar esta moeda. Segundo, o dólar se internacionalizou na década de 1920, em meio as incertezas em relação à sustentabilidade da libra e aos fatores associados às características de mercado, cuja tendência ocorreu mais rapidamente entre 1927-1931. A partir de 1931, observou-se uma redução gradativa das reservas globais em dólares, o que nos permite a induzir que a sua sustentação ao *status* internacional mais à frente foi possibilitada pela liderança do governo norte-americano na reconstrução do sistema mundial.

Nesta conjuntura, o Estado liberal foi substituído por ditaduras totalitárias e a ideologia do livre comércio pelo protecionismo. Na busca pela reestruturação doméstica, surgiram os Planos Quinquenais na Rússia, o *New Deal* nos Estados Unidos e o fascismo na Alemanha. Havia ainda a emergência de reestruturar a economia internacional e o equilíbrio de poder entre as grandes potências. Mas para isso, como assinalou Polanyi (ibidem), a restauração do regime monetário internacional deveria ser colocada em primeiro plano. Para o autor, “um sistema de equilíbrio de poder reconstruído só funcionaria em benefício da paz se o Sistema Monetário Internacional (SMI) fosse restaurado”, pois garantindo a liberdade do comércio, garantia-se, desta maneira, a liquidez e a paz mundial (p. 73).

Ainda durante a Segunda Guerra, ocorreram sucessivas conferências entre os governantes de diversos países com objetivo de delinear uma nova arquitetura para o sistema

mundial¹⁴. No âmbito das discussões que precederam as reformas de Bretton Woods, a proposta inglesa de reconstrução do sistema monetário internacional elaborada por Keynes sugeria a criação de uma moeda internacional (*bancor*) e de um banco supranacional (o banco dos bancos centrais) capaz de promover liquidez internacional e de ajustar o balanço de pagamentos dos países deficitários. Notadamente, esta proposta apresentava-se como uma tentativa de evitar que o dólar se sobrepusesse às demais moedas, como a libra o fizera antes. A segunda proposta em debate foi elaborada pelo norte-americano White e estabelecia que o dólar seria a moeda referência internacional, com conversibilidade plena em ouro (METRI, 2014).

A correlação de forças entre Estados Unidos e Inglaterra levou à implementação da proposta norte-americana e, assim sendo, instituiu-se em 1943 o sistema de Bretton Woods que conferiu ao dólar um papel central. O câmbio fixo tornou-se ajustável, de modo a controlar os fluxos de capitais voláteis que se revelaram desestabilizadoras no entre guerras. Criou-se o Fundo Monetário Internacional (FMI), para fornecer financiamento em dólar à países em situação de insolvência e monitorar as políticas macroeconômicas domésticas, e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) (EICHENGREEN, 2012).

Os Estados Unidos desempenharam o papel de líder na reconstrução do sistema mundial por meio de um enquadramento fundamentalmente político-ideológico, até mesmo porque foi o único país que emergiu fortalecido da Segunda Guerra Mundial (ibidem). A Organização das Nações Unidas (ONU) tornou-se o instrumento pelo qual se expressou a liderança norte-americana e a segurança mundial. Esta estratégia legitimou as intervenções militares norte-americanas de diversas formas, como na Guerra Civil da Coreia (1950), na Guerra do Vietnã (1955) e por meio da instalação de bases militares em territórios petrolíferos na Ásia Central. À medida que se institucionalizavam os controles das finanças e do poder militar global como instrumentos correlatos da hegemonia dos Estados Unidos, as organizações de Bretton Woods (FMI, BIRD e Banco Mundial) também se converteram em instrumentos suplementares à liderança global norte-americana (ARRIGHI, 1996).

Emergiu ainda um grande movimento revolucionário de consciencialização política de libertação nacional que teve respaldo na Carta das Nações Unidas publicada em 1945, que reivindicava pela independência dos povos colonizados. Neste aspecto, a ONU internalizou a revolução social de libertação dos povos e, ao liderar o sistema interestatal nesta direção, os Estados Unidos projetaram-se como buscando um interesse geral. Ao mesmo tempo, a intensa

¹⁴ Como em Moscou (outubro e novembro de 1943), Teerã (novembro e dezembro de 1943), Bretton Woods (julho de 1944), Dumbarton Oaks (agosto a outubro de 1944), Ialta (fevereiro de 1945), São Francisco (junho de 1945) e Postdam (julho e agosto de 1945) (METRI, 2014).

competição ideológica entre Estados Unidos e União Soviética, que se configurou quando da convocação de Lênin para a revolução comunista mundial, acelerou o processo de reorganização do sistema mundial sob liderança norte-americana. Em face das pressões dos movimentos nacionalistas, a Inglaterra passou a reconhecer a independência de suas colônias, como a Índia (1947) e Palestina (1948), enfraquecendo gradativamente o poder da libra sustentado pelas redes de comércio com suas colônias britânicas.

4 – Considerações finais

O presente artigo pretendeu, a partir da perspectiva teórica dos sistemas-mundos, desenvolver uma reflexão sistêmica sobre a internacionalização da libra e do dólar. O estudo demonstrou que a escolha da moeda internacional pode ser mais difusa e ambígua do que sugere a literatura mais convencional sobre a internacionalização das moedas, na medida em que está sujeita aos ritmos cíclicos mundiais em cada momento.

No curto e médio prazo, o processo de internacionalização da libra ancorou-se na geoestratégia britânica de consolidar seu poder naval e de preservar o equilíbrio de poder entre as grandes potências. Esta estratégia elevou o domínio político da Inglaterra em uma escala sem precedentes na história mundial, cujo resultado foi a ampliação da área de circulação de sua moeda para a viabilização das trocas. No longo prazo, a sustentação da libra como moeda de referência internacional foi possibilitada pela projeção econômica da Inglaterra, por meio da ideologia do livre mercado, que criou uma vasta rede de comércio dependente da riqueza e moeda britânica, principalmente em relação às suas colônias. Mesmo depois de finalizado o ciclo sistêmico de acumulação britânico no início do século XX, a libra manteve seu *status* internacional até a década de 1970 em reflexo a extensão de sua dominação imperialista associadas aos fatores de mercado. Por outro lado, a história demonstrou que deixar de ser uma moeda internacional parece ser um processo tão lento quanto o de alcançar esta posição.

O processo de internacionalização do dólar teria ocorrido de maneira diferente ao caso da libra. Em um primeiro momento, o uso internacional do dólar teria derivado de causas fundamentalmente econômicas – e não políticas –, tanto em relação ao país emissor, quanto devido ao cenário externo. Em um primeiro momento, o dólar floresceu no cenário mundial em decorrência da crise do ciclo sistêmico de acumulação britânico, durante o qual ocorreu a Primeira Guerra Mundial e uma intensa luta interestatal. Neste período, a praça financeira de New York não era ainda tão desenvolvida quanto a de Londres, Paris e Berlim, e o mercado de aceites comerciais em dólares foi criado apenas a partir da década de 1920. Em outros termos,

os Estados Unidos não haviam consolidado sua liderança monetário-financeira quando o dólar passou a ser utilizado no âmbito internacional. Assim, no médio prazo, a utilização do dólar teria sido determinada pelas forças do mercado, sobretudo pela atratividade econômica e pela melhor estabilidade que o dólar apresentava em relação à libra, que estava submetida aos choques da guerra e, por essa razão, suscitava incertezas quanto ao seu valor futuro. Quando o valor de uma moeda é incerto, os custos das informações sobre o seu valor real aumentam e tendem a diminuir a sua atratividade. Uma vez que os países participantes da economia internacional não encontravam benefícios econômicos na utilização da libra, esta moeda perdeu gradativamente a aceitabilidade. Krugman (1998) diria que a libra teria alcançado seu “ponto crítico”, momento no qual a utilidade do papel internacional da moeda britânica teria sido subitamente questionada, levando ao declínio de suas funções internacionais. Por outro lado, o declínio da libra ocorreu de forma lenta e prolongada, pois sua posição internacional foi assegurada pelas externalidades de rede. Ao mesmo tempo em que as externalidades de rede foram influentes na preservação do papel internacional da libra, sua efetividade foi perdendo importância à medida que a praça financeira de New York se tornou mais eficiente.

Portanto, um conjunto de fatores possibilitou que o dólar se tornasse uma moeda de referência internacional no médio prazo, ainda que os Estados Unidos não estivessem liderando o sistema interestatal. No longo prazo, a sua sustentação como referência internacional estaria associada as estratégias diplomáticas e geopolíticas utilizadas pelos Estados Unidos no esforço de assumir a liderança da reconstrução do sistema monetário internacional. Primeiro, os Estados Unidos abandonaram a política de neutralidade na Segunda Guerra Mundial e passaram a ter um envolvimento econômico mais efetivo, por meio do financiamento das necessidades de importação dos países aliados. Em resultado, a Inglaterra, França e um conjunto de países, passaram a acumular expressivas dívidas denominadas em dólares. Segundo, os Estados Unidos buscaram o domínio da produção mundial de petróleo, sobretudo na Arábia Saudita, que se transformou na maior região produtora de petróleo. Terceiro, diversos países tornaram-se protetorados militares dos norte-americanos, legitimando o uso de sua força em várias regiões. Quarto, os acordos e tratados internacionais de reconstrução do sistema mundial assinados no pós-Segunda Guerra culminaram no Sistema de Bretton Woods em 1945 e na supremacia do dólar.

É importante mencionar que a posição das moedas no sistema monetário internacional depende de mais do que as características econômicas do país emissor e de sua moeda. Existe ainda um elemento estrutural, associado ao funcionamento do sistema mundial que provoca –

e requer – heterogeneidades monetárias. Esta tendência deriva do próprio caráter assimétrico da organização da economia mundial capitalista, a qual claramente se evidencia uma divisão internacional do trabalho. Países com fortes e vantajosas posições produtivas na divisão internacional do trabalho tendem a alcançar posições monetárias-financeiras também vantajosas.

Referências bibliográficas

- ARIENTI, W. L.; FILOMENO, F. A. Economia política do moderno sistema mundial: as contribuições de Wallerstein, Braudel e Arrighi. **Ensaio FEE**, vol. 28, no. 1, p. 99–126, 2007.
- ARRIGHI, G. **O longo século XX**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- ARRIGHI, G. **A ilusão do desenvolvimento**. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.
- BASTOS, P. P. Z. Da diplomacia do dólar à diplomacia da boa vizinhança: continuidades e diferenças na política dos Estados Unidos para a América Latina (1898-1933). **Nova Economia**, Belo Horizonte, vol. 25, n. 1, p. 59-80, 2015.
- BRAUDEL, F. **Reflexões sobre a história**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- BELLUZO, L. Finança global e ciclos de expansão. In: FIORI (Org.). **Estados e Moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis: Vozes, 1999.
- BELLUZO, L.; ALMEIDA, J. **Depois da queda**: A economia brasileira da crise da dívida aos impasses do real. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- COHEN, B. *The Future of Sterling as an International Currency*. London: Macmillan, London, 1971.
- COHEN, B. Money, Power, authority. In: GERMAIN, R. (Ed.). **Susan Strange and the future of global political economy: Power, control and transformation**. Germain, R. (Ed.) Routledge, 2015.
- DE CONTI, B.; PRATES, D. M.; PLIHON, D. A hierarquia monetária e suas implicações para as taxas de câmbio e de juros e a política econômica dos países periféricos. **Economia e Sociedade, Campinas**, v. 23, n. 2 (51), p. 341-372, ago. / 2014.
- DOOLEY, M.; FOLKERTS-LANDAU, D.; GARBER, P. An essay on the revived Bretton Woods System. **NBER Working Paper 9971**, Cambridge, MA : National Bureau of Economic Research, 2003.
- EICHENGREEN, B.; FLANDREAU, M. The Rise and Fall of the Dollar, or When Did the Dollar Replace Sterling as the Leading Reserve Currency? **European Review of Economic History**, v. 13, n° 03, p. 377-411, 2009.
- EICHENGREEN, B. **Privilégio exorbitante**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.
- EICHENGREEN, B. **A globalização do capital**: uma história do Sistema Monetário Internacional. São Paulo: Editora 34, 2012.
- FIORI, J. L. Globalização, hegemonia e império – A retomada da Hegemonia norte-americana. In: TAVARES, M.; FIORI, J. (Orgs.). **Poder e dinheiro**: uma economia política da globalização. Editora Vozes: 1997.
- FIORI, J. L. **O poder global e a nova geopolítica das nações**. São Paulo: Boitempo, 2007.

- FRANKEL, J. **And now won/dollar negotiations?** Lessons from the yen/dollar agreement of 1984. Department of Economics, UC Berkeley, 1990.
- HELLEINER, E.; KIRSHNER, J. **The future of the dollar** – Whither the Key Currency? (Eds.). In: HELLEINER, E.; KIRSHNER, J. (Eds.). *The future of the dollar*. Ithaca; London: Cornell University Press, 2009.
- HELLEINER, E. Political determinants of international currencies: What future for the USdollar? **Review of International Political Econom** , v. 15, n. 3, p. 354-378, 2008.
- KRUGMAN, P. **The International Role of the Dollar: Theory and Prospects**. In: *Currency and crises*. MIT Press, 1991.
- MADDISON, A. **Chinese Economic Performance in the Long Run** – Second Edition, Revised and Updated: 960-2030 AD. Development Centre Studies, OECD: 2007.
- MARICHAL, C. **Nova história das grandes crises financeiras: uma perspectiva global, 1873-2008**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.
- MARIUTTI, E. A perspectiva dos sistemas-mundo: fundamentos e tendências. In: VIEIRA, Pedro; VIEIRA, Rosângela; FILOMENO, Felipe. (Orgs.). **O Brasil e o capitalismo histórico**. São Paulo: Cultura Acadêmica Editorial, 2012.
- MCKINNON, R. **The Rules of the Game: International Money in Historical Perspective**. *Journal of Economic Literature*, vol. 31, n. 1, 1-44, 1993.
- MEDEIROS, C.; SERRANO, F. Padrões monetários internacionais e crescimento. In: FIORI (Org.). **Estados e Moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis: Vozes, 1999.
- METRI, M. A ascensão do dólar e a resistência da libra: uma disputa político-diplomática. **Revista Tempo do Mundo**, v.1, nº 1, 2014, p. 65-92.
- METRI, M. A geopolítica britânica e a internacionalização da libra. Austral: **Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**, Rio Grande do Sul, v.6, n.11, p.241-267, 2017.
- OURIQUES, H.; VIEIRA, P. A condição semiperiférica do Brasil na economia-mundo capitalista: novas evidências. **Revista Carta Internacional**, Belo Horizonte, v. 12, n. 3, 2017, p. 199-228.
- POLANYI, K. **A grande transformação: as origens políticas e econômicas de nossa época**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2021 [1944].
- STRANGE, S. International sterling and british policy: a political view. **International Affairs** (Royal Institute of International Affairs 1944), v. 47, n. 2, p. 302-315, 1971.
- SCHUMPETER, J. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961.
- TAVLAS, G. The international use of the US Dollar: an optimum currency area perspective. **The World Economy**, vol. 20, n. 6, 709-747, 1997.
- WALLERSTEIN, I. **O sistema-mundo moderno I: agricultura capitalista e as origens da economia mundial europeia no Século XVI**. New York: Academic Press, 1979.
- WALLERSTEIN, I. **Capitalismo histórico e civilização capitalista**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.
- WALLERSTEIN, I. **Análisis de sistemas-mundos: una introducción**. México: Siglo XXI, 2005.